



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Comissão Permanente de Licitação

***EDITAL DE LICITAÇÃO***  
***CONVITE N° 027/2007***

O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Comissão Permanente de Licitação, devidamente constituída, por ato Presidencial nº 328/2007, publicado no Diário da Justiça, em 13/02/2007, convida V. S<sup>a</sup>. a participar da licitação na modalidade CONVITE, tipo **menor preço global**, de acordo com o que determina a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas modificações, à realizar-se na sala da Comissão de Licitação, no 4º andar do Fórum Archimedes Souto Maior, situado na Praça Venâncio Neiva, s/n – Centro – João Pessoa - PB, às **9h30 do dia 31 de outubro de 2007**, onde igualmente serão recebidos os envelopes contendo os documentos para habilitação e propostas de preços, dando-se início nesta mesma sessão a abertura dos primeiros. Não havendo expediente na data marcada a licitação, será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

## **1 – DO OBJETO**

1.1 - O objeto desta licitação é a escolha da proposta de **menor preço global** para a contratação de empresa especializada com vistas à elaboração, produção (impressão, costura e acabamento), confecção das capas e etiquetas do CD's bem como o fornecimento dos referidos CD's que acompanharão a Edição da Revista do Foro 2007.1 conforme especificações constante no anexo I.

## **2 - DA HABILITAÇÃO**

2.1 – Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas do ramo pertinente ao objeto, cadastradas ou não desde que manifestem interesse em participar até 24 horas antes da apresentação das propostas e que na fase de habilitação comprovem possuir requisitos mínimos de qualificação exigidos, apresentando os seguintes documentos:

6.1. O envelope “A”, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal deverá conter:

6.2 - Certificado de Registro Cadastral de Habilitação de firmas - CRC, expedido por Órgão ou Entidade da Administração Pública, emitido nos termos da Lei nº. 8666/93, (no que couber), ou

6.3 Cédula de Identidade;

6.4 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

6.5 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, acompanhado de todas as alterações.

6.6 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6. 7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

6.8 Certidão simplificada da Junta Comercial da sede do licitante devidamente autenticada

6.9 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Tributos e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.10 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

6.11 - Certidões negativas dos cartórios de registro de falências e concordatas do local da sede do proponente, emitidas até 60 (sessenta) dias antes da data fixada para a abertura da licitação.

6.12 - Declaração, assinada pelo representante legal do proponente, da inexistência de fato impeditivo a sua habilitação e que aceita integralmente todas as condições e exigências contidas no presente Edital, conforme anexo

6.13 - Declaração, assinada pela representante legal do proponente, de não possuir menores de idade no quadro da empresa, conforme modelo anexo.

6.14 – Termo de Compromisso, conforme modelo anexo.

6.15. – A autenticação efetuada por membro da CPL será efetuada até o dia útil imediatamente anterior à realização do certame;

6.16. - Não se admitirá a apresentação por meio de aparelhos de fac-símile, de qualquer documento exigido neste Convite, ainda que autenticados por tabelião de notas.

6.17 - A apresentação de documentos referentes à Habilitação, com prazo de validade expirado, implicará na inabilitação do licitante;

6.18- A documentação será apresentada no dia, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste Convite, em 02 (dois) envelopes distintos, não transparentes, fechados, rubricados e assim identificados:

6.19 As microempresas e as empresas de pequeno porte, deverão apresentar dentro do envelope de habilitação, declaração afirmando esta condição em papel timbrado da empresa, assinada, datada e rubricada por seu representante legal , sob pena da perda dos benefícios resguardados pela Lei Complementar 123/2006.

6.20- Os documentos de habilitação enumerados neste Convite poderão ser apresentados em via original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, na hipótese de não serem apresentados os originais para conferência até um dia antes da realização do certame, ou por publicação em órgão da imprensa oficial. Qualquer membro da Comissão poderá autenticar cópia de documento, à vista da apresentação do respectivo original, mediante aposição de assinatura e dos termos “Confere com o original”.

### **3 - DA PROPOSTA**

3.1 - A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado, ser preenchida, em papel timbrado do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ainda estar datada, assinada e com todas as páginas e anexos devidamente rubricados trazendo em sua parte externa os dizeres como o seguinte:

**A Presidente da Comissão de Licitação  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Convite nº 027/2007  
Envelope 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)**

**Envelope 2- PROPOSTA DE PREÇO  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Convite nº 027/2007  
Envelope 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)**

3.2 - A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste CONVITE, não sendo considerada aquela que apresentar o objeto, que não corresponda às características especificadas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

#### **3.2.1 - Na proposta deverá ser consignado:**

- a) - assinatura e nome completo do representante legal da empresa, bem como o número de inscrição no CNPJ/MF;
- b) - o preço global escrito em algarismo e por extenso, em moeda corrente;
- c) - prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da licitação;
- d) prazo de máximo para execução dos serviços e devida entrega: 15(quinze) dias corridos , a contar da entrega do material devidamente diagramado e gravado em CD, no programa PAGEMAKER 6.5.
- e) - declaração expressa de que todos os impostos, taxas, fretes, serviços e demais encargos estão inclusos na proposta;

3.3 - Não serão admitidas retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez recebidas as propostas.

3.4 - A CPL não conecerá de proposta que, preenchida, altere e/ou descaracterize o teor do objeto deste Convite.

### **4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 - A despesa para fazer face às despesas com o objeto ora licitado correrá por conta da funcional programática 05.101.02.122.5046.4216.3390.39.e 33.90.30 Fonte de Recurso 00 e 05.901.02.122.5046.4216.3390.39 e 33.90.30 Fonte de Recurso 70.

### **5 - DO JULGAMENTO**

5.1 - A Comissão abrirá em primeiro lugar os envelopes relativos à documentação de habilitação. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste convite.

5.2 - Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recursos pelos interessados, suspendendo-se o certame até seu julgamento.

5.3 - A Comissão de Licitação poderá suspender a sessão sempre que julgue necessário analisar os documentos e propostas oferecidas pelos licitantes, objetivando confirmar as informações prestadas.

5.4 - Na hipótese prevista no subitem anterior, os documentos e os envelopes contendo as propostas serão rubricados pelos participantes presentes e pelos membros da Comissão de Licitação, ficando sob sua guarda para a abertura em outra sessão a ser indicada na Ata de reunião.

5.5 - Aos licitantes inabilitados serão devolvidos os envelopes fechados, contendo as respectivas propostas, quando renuncia pelos licitantes ao direito de recorrer, não tiver havido recurso, ou após a sua denegação.

5.6 - Encerrada a fase de habilitação, a Comissão abrirá os envelopes da proposta dos licitantes habilitados, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os critérios estabelecidos neste Convite.

5.7 - Não havendo desistência expressa dos licitantes ao direito de recorrer na fase de habilitação, nova data será marcada para a abertura das propostas.

5.8 - As propostas que não atenderem as exigências deste convite, bem como as que apresentarem preços excessivos, ou manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, serão desclassificadas.

5.9 - As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados, sendo considerado vencedor o licitante que oferecer a proposta **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.10 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, far-se-á sorteio na mesma sessão de julgamento ou em outra sessão para a qual todos os licitantes habilitados serão convocados.

5.11 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.11.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10%(dez por cento)superiores à proposta mais bem classificada.

5.12 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

5.13 As microempresas e empresa de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.13.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa

5.13.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.14 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no item 5.11.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.15 Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 5.11.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

## **6 - DAS PENALIDADES**

6.1 - Pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto, garantida prévia defesa, serão aplicadas as sanções legais (arts. 87 e 88 da Lei 8.666/93), a saber:

- a) - advertência por escrito, quando a licitante praticar irregularidade de pequena monta, a critério do Tribunal de Justiça.
- b) - multa administrativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor dos serviços, no caso de atraso ou negligência.
- c) - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) - declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

## **7 - DO PAGAMENTO**

7.1 - pagamento ao licitante vencedor será efetuado até o 15º dia útil, através de crédito em conta corrente, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, discriminativa em duas vias, após a execução de serviço e de sua aceitação por parte do Tribunal de Justiça.

7.2- A licitante recolherá no ato do pagamento, uma alíquota de 1,5%(um vírgula cinco por cento) sobre o valor devido referente a TPDP – Taxa de Processamento de Despesa Pública, conforme Lei Estadual nº 7.947, de 22 de março de 2006.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

## **9 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

9.1 - Encerrada a fase de julgamento, o processo será encaminhado ao Exmo. Des. Presidente do Tribunal, que, concordando com o relatório, homologará a licitação, adjudicará o objeto ao primeiro classificado e autorizará a contratação do serviço ao adjudicatário.

9.2 - Não concordando, devolverá o expediente à CPL para refazimento da etapa impugnada, ou revogará a licitação, por conveniência ou oportunidade, justificadamente.

## **10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - O licitante vencedor se obriga a aceitar todas as condições contidas na Lei 8.666/93.

10.2 - A licitação será realizada na data e hora definidos no preâmbulo deste convite, devendo estar apostos no envelope o número do mesmo, o nome do proponente e a indicação PROPOSTA.

10.3 - Abertas as propostas, não cabe desclassificá-las, salvo por motivo de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e aceitos pela Comissão de Licitação.

10.4 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste convite, nem preço ou vantagem baseado nas ofertas dos demais licitantes.

10.5 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Convite perante o Tribunal de Justiça, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil antes da data estabelecida no preâmbulo deste convite, para a abertura da licitação.

10.6 - Na contagem dos prazos previstos neste Convite, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

10.7 - A Comissão Permanente de Licitação dirimirá as dúvidas que suscite este convite, desde que argüidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes, no endereço acima citado, ou pelo telefone (083) 3216.1587, de segunda a quinta-feira, das 8:00 às 18:00 horas e as sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas.

10.8 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado da Paraíba, com exclusão de qualquer outro.

## **11. DOS ANEXOS DO EDITAL**

11.1. Integram o presente edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Especificações
- ANEXO II - Declaração de Menor
- ANEXO III – Declaração de fato impeditivo
- ANEXO IV – Termo de Compromisso
- ANEXO V- Recibo

João Pessoa, 23 de maio de 2007.

Diana Coeli de Araújo Vital  
Presidente da CPL/TJ-PB

## **ANEXO I-ESPECIFICAÇÕES**

### **Dados específicos sobre a Revista do Foro**

1. Formato: 14,5 x 21,5 cm
2. Capa: papel supremo – 250g – plastificada – 4 x 0 cores
3. Encadernação: costurada
4. Miolo: papel 24 kg(uma cor)
5. Exemplares: 1.000(mil)
6. Páginas estimadas: 800(oitocentas) páginas
7. Fotolitada

### **Dados específicos da Capa do CD da Revista do Foro**

1. Formato: Aberto: 24x 12 cm  
Fechado: 12x12 cm
2. Papel: Off-Set (24 kg)
3. Cores: 4 x 0 cores
4. Quantidade: 1.000(mil) exemplares

### **Dados específicos da Etiqueta do CD da Revista do Foro**

- 1 Formato: 11,5 x 11,5 cm
- 2 Cor: Preto
- 3 Quantidade: 1.000(mil) exemplares

## **ANEXO II- Declaração de menor empregador**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO**

(Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

**PESSOA JURÍDICA**

Ref.: (identificação da licitação)

(nome da empresa), CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal  
o (a) Sr(a). (nome do representante), portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_,

**DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993,  
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007

---

(Nome – Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

**ANEXO III - Declaração de fato impeditivo**

**MODELO**

(em papel timbrado da proponente)

**DECLARAÇÃO**

(Nome / Razão Social, por seu representante legal), infra assinado, DECLARA para os devidos fins e efeitos legais, sob as penalidades cabíveis, inexistir fato superveniente impeditivo de sua habilitação e que aceita integralmente todas as condições e exigências contidas no presente Edital.

---

Local e data

---

Nome e assinatura

## **ANEXO IV – Termo de compromisso**

### **TERMO DE COMPROMISSO**

Através deste instrumento, assumo compromisso de não permitir ingresso nos quadros da minha empresa de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do serviço de fornecimento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, nos termos deste Convite.

João Pessoa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007

---

Assinatura do Representante Legal da Empresa

**OBSERVAÇÃO** – A presente declaração deverá estar contida no envelope 01 (Documentação), depois de elaborada em papel timbrado do licitante e devidamente assinada.

## **ANEXO V - Recibo**



### **R E C I B O**

Recebemos da Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça, cópia do Edital de Convite 027/2007, com data de entrega e abertura prevista para o **dia 31 de outubro de 2007, às 09:30 horas.**

**FIRMA** \_\_\_\_\_  
**ENDEREÇO** \_\_\_\_\_  
**TELEFONE** \_\_\_\_\_ **FAX** \_\_\_\_\_ **E-MAIL** \_\_\_\_\_